

JOCIMAR WALTER

ABERTURA COMERCIAL BRASILEIRA ENTRE 1990 E 1998 E SEUS EFEITOS

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas, como requisito à conclusão do curso.

Orientador: Prof^o Luiz Vamberto de Santana.

**CURITIBA
06/01/2012**

TERMO DE APROVAÇÃO

JOCIMAR WALTER

ABERTURA COMERCIAL BRASILEIRA ENTRE 1990 E 1998 E SEUS EFEITOS

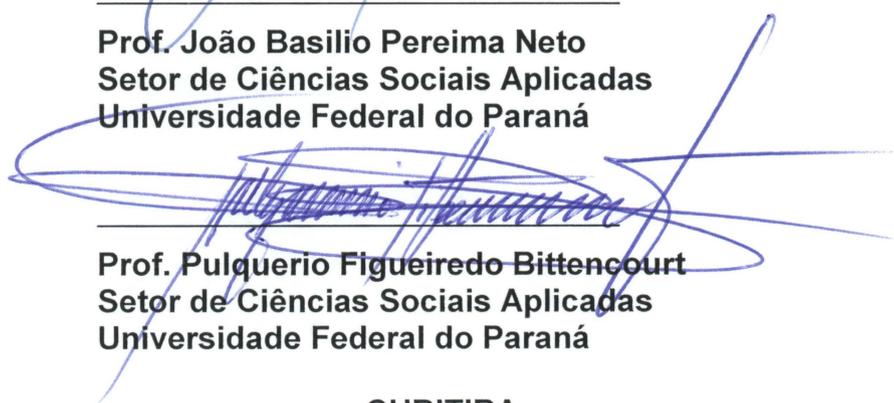
Monografia aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:



Orientador: Prof. Luiz Vamberto de Santana
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná



Prof. João Basílio Pereima Neto
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná



Prof. Pulquerio Figueiredo Bittencourt
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná

CURITIBA
06/01/2012

Dedico este trabalho a todos os membros da minha família que sempre me apoiaram na busca pelo conhecimento, os quais são: meu pai Luiz Rocha Walter, Minha mãe Idalina Cacheffo Walter, meus irmãos Paulo Roberto Walter, Moacir Walter, Gilberto Walter e Siloé Walter.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente, a todos os Professores do Departamento de Economia da Universidade federal do Paraná, os quais , com muita dedicação, passam o bem mais valioso que temos, o conhecimento, agradeço também à minha mãe, Idalina Cacheffo Walter, por uma vida inteira dedicada à educação de seus filhos que, com muito amor e simplicidade nos ensinou o verdadeiro valor da vida, o respeito e a honestidade para uma vida digna.

A insatisfação é a principal motivadora do progresso.
Thomas A. Edison

RESUMO

Esse trabalho analisa as relações econômicas ocorridas no Brasil com a abertura comercial na década de 1990. É possível verificar quais foram as justificativas para a liberalização comercial, como ela se deu, quais foram as políticas adotadas, a evolução do comércio exterior e da produtividade, a criação de blocos econômicos além da análise sobre o emprego, tendo em vista que até o final da década de 1980 a política externa brasileira estava voltada para a proteção do mercado interno com a PSI (Política de Substituição de Importações), tornando-se insustentável a partir de 1988, período este que dá início à mudança no regime de economia que se tinha no Brasil, passando de uma economia fechada para uma economia aberta, devido, sobretudo, a nova ideologia mundial, que tem como preceito uma maior integração entre países numa ótica de globalização dos mercados para dinamizar o intercâmbio de mercadorias com a difusão do conceito do “novo regionalismo”.

Os impactos na economia brasileira, a partir dessa mudança, é o que será analisado, como: qual o papel da abertura comercial para a dinamização da corrente de comércio, sua contribuição para o mercado de trabalho, em termos setoriais e agregados, a evolução do comércio intra-indústria, da produtividade industrial, do nível de integração das indústrias nacionais com a análise dos índices de encadeamento, o papel do MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) e da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) no contexto da abertura comercial.

ABSTRACT

This paper analyzes the economic relations that occurred in Brazil with trade liberalization in the 1990s. You can check what were the justifications for trade liberalization, as it happened, what were the policies that the evolution of foreign trade and productivity, the creation of economic blocs as well as analysis on employment, given that until the late 1980 Brazilian foreign policy was directed towards the protection of the internal market with the ISI (policy Import Substitution), becoming untenable from 1988, a period that begins to change in the regime of economy that had in Brazil, from a closed economy to an open economy, largely due to the new global ideology that has as a rule greater integration between countries in a perspective of globalization of markets to boost the exchange of goods with the spread of the concept of "new regionalism".

Impacts on the Brazilian economy, as this change is what will be analyzed, such as the role of trade liberalization for boosting bilateral trade, its contribution to the labor market in terms of sectors and clusters, the evolution of intra-industry trade, industrial productivity, the level of integration of national industries with the analysis of rates of sequence, the role of the MERCOSUR (Southern Common Market) and the ALCA (Free Trade Area of the Americas) in the context of trade liberalization .

Key Words: MERCOSUR, International Trade, Free Market . Industrial Integration, Industrial Productivity, Index Chaining.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1 – Tarifa média para produtos importados..... | 13 |
| Tabela 2 – Comércio Exterior Brasileiro 1990/1998..... | 15 |
| Tabela 3 – Evolução da estrutura das exportações do Brasil, por setor de atividade, 1990/1998..... | 17 |
| Tabela 4– Composição das exportações brasileiras entre 1990 e 1998..... | 18 |
| Tabela 5 – Coeficiente de Penetração das Importações entre 1990 e 2000..... | 21 |
| Tabela 6 – Exportações Intra-Regionais-Mercosul | 27 |
| Tabela 7 – Crescimento da produtividade total dos fatores nos períodos 1985/87 e 1991/97..... | 29 |
| Tabela 8 – Evolução do Índice de Emprego por Setor da Economia Brasileira 1990/1998 (1990=100)..... | 34 |
| Tabela 9 – Emprego Por Setor da Economia Brasileira 1990/1998..... | 35 |

GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| Gráfico 1- Composição das exportações brasileiras entre 1990 e 1998..... | 18 |
| Gráfico 2- Produtividade do trabalho entre 1985 e 1997..... | 30 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 8 |
| 2. REFERENCIAL TEÓRICO | 9 |
| 3. ANTECEDENTES E ARGUMENTOS DA LIBERALIZAÇÃO COMERCIAL | 10 |
| 4. A ABERTURA E SEUS IMPACTOS | 12 |
| 4.1 A ABERTURA | 12 |
| 4.2 A POLÍTICA COMERCIAL BRASILEIRA | 13 |
| 4.3 EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL ENTRE 1990 E 1998... | 15 |
| 4.4 IMPACTOS DA ABERTURA | 19 |
| 5. MERCOSUL | 22 |
| 5.1 INTEGRAÇÃO ECONÔMICA E SURGIMENTO DO MERCOSUL | 22 |
| 5.2 O COMÉRCIO BRASIL-MERCOSUL PELA ÓTICA DO COMÉRCIO INTRA- INDÚSTRIA..... | 24 |
| 5.3 ALCA..... | 28 |
| 6. PRODUTIVIDADE INDUSTRIAL | 29 |
| 6.1 EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE INDUSTRIAL COM A ABERTURA COMERCIAL | 29 |
| 6.2 EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES DE ENCADEAMENTO DA PRODUÇÃO | 31 |
| 7. EFEITOS DA ABERTURA SOBRE O EMPREGO | 33 |
| 8 CONCLUSÃO | 36 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 39 |

1. INTRODUÇÃO

A política comercial externa brasileira, até o início da década de 1990, foi pautada fundamentalmente na proteção do mercado interno, com a chamada Substituição de Importações. A intensificação do processo de globalização, com a ideologia do “Novo Regionalismo” forçam as economias a engrenarem num novo conceito no que diz respeito às relações comerciais externas, a maior liberalização econômica via, principalmente, a redução de tarifas e a integração de países com objetivos comuns de expandir seu comércio.

Abertura esta, iniciada em 1988, ainda no governo de Sarney, fortalecida no governo Collor e consolidada nos governos Itamar Franco e FHC.

Esse trabalho abordará diversos assuntos na órbita da abertura comercial da década de 1990 como, por exemplo: formação do MERCOSUL; impacto da abertura na produtividade; geração ou não de emprego; desenvolvimento industrial e o progresso tecnológico; índices de encadeamento e a análise do comércio intra-indústria no MERCOSUL, bem como quais os setores que mais se beneficiaram com a abertura da economia brasileira.

O objetivo deste trabalho é elucidar quais foram os efeitos econômicos da abertura comercial brasileira entre os anos de 1990 e 1998. Ou seja, analisar as medidas adotadas em termos de políticas comerciais externas na década de 1990 no Brasil, avaliando o papel da liberalização comercial e da integração comercial no desempenho dos setores e no desenvolvimento do comércio externo brasileiro nesse período.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A defesa da liberalização do comércio entre países apoia-se na vasta literatura que aborda e desenvolve teorias de comércio internacional. As primeiras discussões referentes ao tema remontam às publicações do economista clássico David Ricardo que desenvolveu uma das primeiras teorias de comércio entre países. Esta teoria de defesa do intercâmbio internacional de mercadorias se fundamenta nas relações de custos entre os produtos objetos de comércio. [Krugman, (2007)].

A teoria das “vantagens comparativas” desenvolvida por Ricardo defende que os países devem comercializar entre si aqueles produtos que lhes custem relativamente menos para produzi-los e, nesse sentido, utiliza um exemplo simples para a defesa deste argumento. Suponha Portugal e Inglaterra produzindo, ambos, vinhos e tecidos e que em Portugal o custo do vinho seja 89 horas de trabalho e do tecido seja 100 horas de trabalho; na Inglaterra o custo de produção do vinho seja 120 horas de trabalho e do tecido seja 110 horas. Krugman (2007) apud Ricardo, afirma que mesmo Portugal tendo um custo, em termos absolutos, menor que o da Inglaterra, aquele deverá se especializar na produção daquilo que tem menor custo relativo, no caso o vinho, e importar tecidos onde seu custo relativo é maior; o mesmo vale para a Inglaterra que deverá se especializar na produção de tecidos onde seu custo relativo é menor e importar vinhos de Portugal. Desta forma, ambos os países terão ganhos pois consumirão uma maior quantidade de produtos. Ricardo considera, para a elaboração de sua teoria, uma estrutura de mercado de concorrência perfeita e apenas um fator de produção. [Krugman,(2007,pag. 8)]

Ao longo do tempo muitas teorias para explicar o padrão de comércio surgiram. A teoria de H-O(*), desenvolvida para complementar as já existentes, surgiu como insatisfação às teorias clássicas, por estas serem, do ponto de vista desses autores, muito restritivas. Para explicar o padrão de comércio, a teoria de H-O não considera uma estrutura concorrencial perfeita de mercado nem, tampouco, apenas um fator de produção, Para Heckscher e Ohlin, o padrão de comércio é ditado pelas dotações de fatores entre países, ou seja, um país que tenha abundância de capital exportará bens intensivos deste fator assim como, um país que tenha trabalho abundante exportará bens intensivos deste fator, criando um comércio baseado na disponibilidade de recursos produtivos das nações envolvidas. [Krugman (2007, pag.49)].

(*)Teoria de H-O: Teoria de comércio internacional desenvolvida por Heckscher e Ohlin. [Krugman, (2007)]

3. ANTECEDENTES E ARGUMENTOS DA LIBERALIZAÇÃO COMERCIAL

São necessários argumentos para justificar a abertura comercial e isso se encontra nas teorias de economia internacional. De acordo com a teoria das “vantagens relativas em Ricardo ou absolutas em Smith” (teorias clássicas), a economia fechada inibe os países de se especializarem naquilo que são abundantes, ou seja, a teoria das vantagens absolutas não pode ser aplicada, isso gera muitas empresas ineficientes, como por exemplo, no Brasil os setores de bens de capital e de consumo duráveis produziam produtos defasados e caros até o final da década de 1980.

Markwald (2001) destaca que a liberalização do comércio deveria aumentar a renda de um país através da melhoria de sua eficiência produtiva gerada pela melhor alocação dos recursos segundo a teoria das vantagens absolutas, além de aumentar o bem estar dos consumidores através da diversificação dos produtos graças às importações. Outros motivos apresentados pelo autor são os “ganhos de eficiência técnica”, que decorrem do aumento da produtividade como resultado da maior exposição dos produtores locais à concorrência internacional” e o fim do comportamento “*rent-seeking*” onde as empresas iam buscar corromper o governo ao invés de aumentar sua produtividade.

As vantagens não são puramente estáticas, como aponta Markwald. Ao associar o progresso técnico endógeno a fatores como o ambiente concorrencial, a especialização produtiva e o aumento das escalas de produção elas se tornam dinâmicas, ou seja, as vantagens da liberalização não acontecem apenas em um momento e cessam.

Devido ao caráter agro-exportador, o comércio exterior sempre teve grande importância no PIB brasileiro. Com a adoção do PSI (Processo de Substituição de Importações), política esta idealizada pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) a partir dos anos de 1960, e da industrialização, o país torna-se menos aberto, entretanto, algum grau de abertura era necessário para viabilizar a importação de máquinas e equipamentos necessários para ampliação da capacidade de produção.

As políticas protecionistas tornaram-se insustentáveis na década de 1980, além disso, o país sentiu-se pressionado ao liberalismo pelas circunstâncias internacionais, resultando na abertura comercial, pautada na redução de tarifas de

importação e de barreiras não tarifárias, iniciada, moderadamente, em 1988 no Governo com José Sarney 1985/1989, se intensificou no governo Collor 1990/1992 e, consolidou-se no governo de Itamar Franco 1992/1994 e Fernando Henrique Cardoso 1995/2002. [Gremaud (2009)]

Segundo Gremaud (2009) a principal crítica à abertura é que o processo foi muito rápido, contribuindo para falências e desemprego. Entretanto isso mostra quão não competitivas eram as empresas brasileiras; o Plano Real, cuja vigência inicia-se em 1994, e suas elevadas taxas de juros contribuíram para agravar as falências e o desemprego, aumentando as importações e piorando o saldo comercial, que se torna deficitário já em 1995. Mais adiante serão abordados os impactos da abertura na competição, na produtividade, na balança comercial e no emprego.

4. A ABERTURA E SEUS IMPACTOS

4.1 A ABERTURA

Como já citado, a abertura se iniciou em 1988 e a partir desta data, viu-se no Brasil, o início de um processo de liberalização comercial. Até este período as políticas externas eram de cunho eminentemente protecionistas com vistas a proteger a adoção da chamada substituição de importações, que visava criar uma indústria nacional de similares importados. O enfraquecimento destas medidas protecionistas se deu num contexto do chamado “novo regionalismo” com o fortalecimento da globalização e uma nova ordem econômica ditada pela formação de blocos de acordos multilaterais seguindo os preceitos das teorias clássicas de comércio internacional. [Moreira e Correa (1996)]

Até 1988, Souza (2001), a política comercial brasileira foi de incentivo às exportações, através de taxas de juros mais baixas, isenção do IPI sobre alguns produtos, etc. e controle das importações. Em 1988 com o agravamento das finanças públicas, os incentivos a exportação foram parcialmente reduzidos, com o aumento da alíquota de imposto de renda ao setor exportador que, de 3% naquele ano, chegou a 30% em 1990, houve também uma reforma tarifária que visava modernizar o parque industrial brasileiro, essa reforma diminuiu as tarifas médias de importação(*) de 51,3% em 1988 para 35,5% em 1989 e, chegando a 11,3% em 1994, quando grande parte das barreiras não-tarifárias já haviam sido eliminadas, marcando o fim do modelo de substituição de importações e a adoção do regime de economia aberta.

A tabela a seguir mostra as reduções de tarifas de importação até 1995 quando, devido aos objetivos do Plano Real, de estabilização monetária, a política de liberalização comercial teve de ser reavaliada, o grande déficit comercial desse ano e a redução do volume de divisas fizeram com que o governo iniciasse uma fase de aumento das tarifas de importação com exceção de produtos estratégicos à indústria, como insumos e produtos intermediários, mas apesar desse início de aumento a partir de 1995, já 1998 se retoma um processo de queda.

(*) Calculada pelo BACEN, metodologia desenvolvida em (Relatório do BACEN de 1995, p. 106).

Tabela 1- Tarifa média para produtos importados

| Ano | Tarifa média para produtos importados |
|------|---------------------------------------|
| 1988 | 51,3% |
| 1989 | 35,5% |
| 1990 | 32,3% |
| 1991 | 25,3% |
| 1992 | 16,8% |
| 1993 | 14,2% |
| 1994 | 11,3% |
| 1995 | 12,6% |

Elaboração própria. Fonte dos dados: (Relatório do BACEN de 1995, p. 106).

4.2 A POLÍTICA COMERCIAL BRASILEIRA

Em 1990 houve várias mudanças em direção à abertura, inicialmente o imposto de renda dos exportadores foi de 3% em 1988 para 30% em 1990, as tarifas de importação continuaram se reduzindo sendo que para alguns bens como máquinas, equipamentos peças e afins sem produção nacional ela foi zerada. Na área administrativa o governo fez vários esforços para diminuir a burocracia e aumentar a eficiência da exportação e da importação, o país seguiu sua política de liberalização comercial tendo como meta chegar em 1995 com um sistema de tarifas totalmente ajustado aos demais países do MERCOSUL. [Souza, (2001)]

Em 1991, as principais medidas da política comercial segundo o Banco Central do Brasil foram: aumento dos limites de importação da Zona Franca de Manaus; criação do PROEX (Programa de Financiamento à Exportação). No mesmo ano foi promulgado, em Assunção no Paraguai, o MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), bloco de integração econômica que previa a livre circulação de bens, serviços e fatores de produção, além de uma política comercial externa comum entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

Em 1992 a tarifa média de produtos importados cai para 16,8%; em 1993 a tarifa média cai para 14,2% e chega a 11,3% em 1994, principalmente para produtos

de indústrias oligopolistas, visando melhorar a competitividade e a eficiência produtiva brasileira.

Durante o governo FHC, a partir de 1995, apesar de alguns aumentos de tarifas de importação para contrabalançar os déficits comerciais, e a criação de quotas, especialmente no mercado de veículos de passeio onde a alíquota passou de 20% para 70%, outras medidas foram adotadas para consolidar a abertura comercial brasileira como eliminação de barreiras não-tarifárias e aperfeiçoamento dos mecanismos de comércio exterior.

Em 1996 foram adotadas algumas medidas ampliando os benefícios para os exportadores, como incluir no PROEX (Programa de Financiamento às Exportações, que visava equiparar as taxas de juros internas às taxas de juros externas) os serviços ligados às máquinas e equipamentos nacionais no exterior, aumento do percentual financiável para produtos com pelo menos 60% de índice de nacionalização, aumento do crédito, diminuição das taxas de juros para os exportadores etc.

Em 1997 o PROEX tornou-se mais abrangente e acessível, foi criada também a APEX (Agência de Promoção de Exportações). No mesmo ano foram adotadas salvaguardas contra os produtos chineses e criou-se o fundo de garantia à exportação, facilitando o seguro de crédito à exportação.

Apesar de todas essas medidas apenas a partir de 1998 o déficit comercial começou a reduzir, em 1999 o déficit se reduziu para US\$1,3 bilhões, nesse ano o governo estabelece uma restrição não tarifária às importações, que é a comprovação de um padrão mínimo de qualidade para os bens de consumo durável. Com a crise houve queda das exportações, mas a queda das importações foi maior reduzindo o déficit, o real foi desvalorizado uma vez que o regime de bandas cambiais tornou-se insustentável.

O FMI exigiu que houvesse um aumento do esforço fiscal, obrigando o governo a aumentar a carga tributária sobre as exportações, a falta de recursos também impactou o Proex, que se reduziu aos bens de capital, a única alternativa do governo para incentivar as exportações foi continuar a desburocratização das exportações.

4.3 EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL ENTRE 1990 E 1998

Entre 1990 e 1998, de acordo com o Banco Central, as exportações totais brasileiras passaram de US\$ 31,4 bilhões para US\$ 51 bilhões, um aumento de 57%. Neste mesmo período as importações aumentaram mais de duas vezes, de US\$ 20,6 bilhões em 1990 atingindo um total de US\$ 57,7 bilhões em 1998, causando um déficit na balança comercial de US\$ 6,7 bilhões em 1997 e um déficit de US\$ 6,5 em 1998.

A seguir, uma análise completa do comércio exterior brasileiro para o período em estudo. Observa-se que no período o valor global das importações brasileiras teve um aumento significativo, indo ao encontro das políticas externas adotadas de redução da proteção em favor de maior liberdade do comércio internacional, causando simultaneamente um desequilíbrio no balanço de pagamentos e na balança comercial que acumulou grandes déficits nas contas externas brasileiras. Interessante observar que apesar dos sucessivos déficits na balança comercial a partir de 1995, o balanço de pagamentos foi deficitário somente a partir de 1997, período em que ocorre a crise asiática e aumenta a dificuldade de equilibrar as contas do balanço de pagamentos.

Tabela-2 Comércio Exterior Brasileiro-1990/1998 (Em Milhões de US\$)

| Ano | Exportação | Importação | Saldo Balança Comercial | Saldo do Balanço de Pagamento C/C |
|-------|------------|------------|-------------------------|-----------------------------------|
| 1.990 | 31.414 | 20.661 | 10.752 | 481 |
| 1.991 | 31.620 | 21.040 | 10.580 | -369 |
| 1.992 | 35.793 | 20.554 | 15.239 | 14.670 |
| 1.993 | 38.555 | 25.256 | 13.299 | 8.709 |
| 1.994 | 43.545 | 33.079 | 10.466 | 7.215 |
| 1.995 | 46.506 | 49.972 | -3.466 | 12.919 |
| 1.996 | 47.746 | 53.346 | -5.599 | 8.666 |
| 1.997 | 52.994 | 59.747 | -6.753 | -7.907 |
| 1.998 | 51.140 | 57.714 | -6.575 | -7.970 |

Elaboração própria. Fonte dos dados: Banco Central

Como pode ser visto na Tabela 2 o comércio exterior brasileiro, total entre importação e exportação, passou de pouco mais de US\$ 50 bilhões em 1990 para mais de US\$100 bilhões em 1998, segundo dados do Banco Central. Como se observa na tabela 3, os setores que mais exportaram em 1990 em relação ao total exportado foram: siderurgia (8,8%); extrativismo mineral (8%); transportes (8%); peças e outros veículos (6,4%) e produtos vegetais (5,9%). Já em 1998, siderurgia e produtos vegetais e transportes caem, enquanto máquinas e tratores; automóveis, caminhões e ônibus; peças e outros veículos; agricultura e extração mineral sobem, mostrando que aumentam as exportações de algumas manufaturas mais modernas, isto se dá graças à liberalização comercial, ou seja, ao estímulo para a importação de máquinas e bens de consumo intermediário e as políticas de incentivo à exportação.

Os setores que mais importavam em 1990, também segundo Souza (pag. 15) eram: petróleo e gás (19%); máquinas e tratores (8,3%); equipamentos elétricos (8,2%); transportes (6,9%) e refino de petróleo (6,1%). Já em 1998, máquinas e tratores fica com 10,1% e equipamentos elétricos com 10,5% enquanto petróleo e gás caem para apenas 3,5% mostrando uma importação mais sofisticada, uma necessidade de modernização da indústria brasileira viabilizada pelos cortes tarifários.

Tabela 3 – Evolução da estrutura das exportações do Brasil, por setor de atividade, 1990/1998

| Setores atividade | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 |
|-----------------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| 1-Agricultura | 5,0 | 3,5 | 4,1 | 3,9 | 5,3 | 3,7 | 4,3 | 6,5 | 6,0 |
| 2-Extrativa mineral | 8,0 | 9,1 | 7,4 | 6,5 | 5,7 | 5,7 | 5,9 | 5,6 | 6,6 |
| 3-Petróleo e gás | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,1 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| 4-Mineral não metálico | 1,2 | 1,3 | 1,3 | 1,5 | 1,4 | 1,4 | 1,4 | 1,4 | 1,5 |
| 5-Siderurgia | 8,8 | 10,3 | 9,5 | 8,9 | 7,6 | 7,5 | 7,3 | 5,9 | 5,9 |
| 6-Metalurgia dos não ferrosos | 4,4 | 4,1 | 3,8 | 3,1 | 3,7 | 4,1 | 4,1 | 3,6 | 2,9 |
| 7-Outros prod. metalúrgicos | 1,5 | 1,8 | 1,9 | 2,0 | 1,9 | 1,8 | 1,8 | 1,8 | 1,8 |
| 8-Máquinas e tratores | 3,7 | 3,9 | 4,4 | 4,2 | 4,2 | 4,0 | 3,8 | 5,0 | 5,6 |
| 9-Material elétrico | 2,2 | 2,6 | 2,5 | 3,0 | 2,6 | 2,8 | 2,7 | 2,4 | 2,4 |
| 10-Equipamentos elétricos | 1,9 | 2,1 | 1,8 | 1,8 | 1,5 | 1,5 | 1,8 | 1,8 | 1,9 |
| 11-Autom., caminhões e ônibus | 2,7 | 3,1 | 4,8 | 4,1 | 3,7 | 2,6 | 2,9 | 4,9 | 5,7 |
| 12-Peças e outros veículos | 6,4 | 6,3 | 5,8 | 6,6 | 6,4 | 6,2 | 6,8 | 6,9 | 8,3 |
| 13-Madeira e mobiliário | 1,3 | 1,5 | 1,8 | 2,8 | 2,6 | 2,6 | 2,6 | 2,6 | 2,5 |
| 14-Papel e gráfica | 2,7 | 3,2 | 3,4 | 2,9 | 3,2 | 4,3 | 3,2 | 3,0 | 3,1 |
| 15-Indústria da borracha | 0,8 | 1,0 | 1,0 | 1,1 | 1,1 | 1,1 | 1,2 | 1,1 | 1,2 |
| 16-Elementos químicos | 1,3 | 1,2 | 1,2 | 1,2 | 1,1 | 1,3 | 1,6 | 1,4 | 1,5 |
| 17-Refino do petróleo | 5,7 | 4,0 | 4,6 | 5,0 | 4,5 | 3,8 | 3,1 | 3,4 | 2,7 |
| 18-Químicos diversos | 0,9 | 1,0 | 1,0 | 1,2 | 1,2 | 1,3 | 1,5 | 1,5 | 1,5 |
| 19-Farmacêutica e perfumaria | 0,4 | 0,5 | 0,5 | 0,6 | 0,5 | 0,6 | 0,7 | 0,7 | 0,8 |
| 20-Artigos de plástico | 0,3 | 0,4 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0,4 | 0,4 | 0,4 |
| 21-Indústria têxtil | 2,9 | 3,2 | 3,0 | 2,6 | 2,3 | 2,3 | 2,0 | 1,8 | 1,7 |
| 22-Artigos do vestuário | 0,4 | 0,4 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0,3 | 0,3 | 0,2 | 0,2 |
| 23-Fabricação de calçados | 3,9 | 4,1 | 5,0 | 5,2 | 4,0 | 3,8 | 4,3 | 3,9 | 3,6 |
| 24-Indústria do café | 3,2 | 3,6 | 2,0 | 3,0 | 4,8 | 3,8 | 3,3 | 4,3 | 4,0 |
| 25-Benef. produtos vegetais | 5,9 | 5,7 | 6,0 | 4,9 | 4,8 | 4,6 | 5,8 | 4,7 | 5,2 |
| 26-Abate de animais | 1,4 | 2,2 | 2,7 | 2,6 | 2,4 | 2,2 | 2,5 | 2,3 | 2,5 |
| 27-Ind. de laticínios | 0,0 | 0,0 | 0,1 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,1 | 0,0 | 0,0 |
| 28-Ind. de açúcar | 1,4 | 1,5 | 1,6 | 2,0 | 2,2 | 3,4 | 2,9 | 2,8 | 3,3 |
| 29-Fab. óleos vegetais | 5,8 | 4,3 | 5,2 | 5,3 | 6,2 | 5,9 | 6,5 | 5,5 | 4,6 |
| 30-Outros prod. vegetais | 1,5 | 1,6 | 1,5 | 1,8 | 2,1 | 2,1 | 2,2 | 2,3 | 1,9 |
| 31-Indústrias diversas | 0,5 | 0,7 | 0,6 | 1,2 | 1,1 | 1,0 | 1,0 | 1,0 | 1,1 |
| 32-Serv. ind. utilidade pública | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| 33-Construção civil | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| 34-Comércio | 0,6 | 0,6 | 0,6 | 0,7 | 0,8 | 0,9 | 1,0 | 1,0 | 1,1 |
| 35-Transportes | 8,0 | 6,5 | 6,2 | 4,1 | 5,5 | 6,9 | 5,3 | 4,5 | 0,8 |
| 36-Comunicações | 0,3 | 0,1 | 0,1 | 0,2 | 0,1 | 0,1 | 0,5 | 0,3 | 0,3 |
| 37-Instituições financeiras | 0,4 | 0,2 | 0,1 | 0,1 | 0,4 | 0,5 | 0,7 | 0,3 | 0,1 |
| 38-Serv. prestados às famílias | 3,7 | 3,2 | 2,1 | 2,9 | 2,0 | 2,0 | 1,6 | 1,8 | 2,8 |
| 39-Serv. prestados às empresas | 0,4 | 0,5 | 0,7 | 1,0 | 1,2 | 1,9 | 1,9 | 2,5 | 3,3 |
| 40-Aluguel de imóveis | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| 41-Adm. pública | 0,8 | 0,5 | 0,5 | 0,8 | 1,0 | 1,5 | 1,0 | 0,9 | 1,1 |
| 42-Serv. Privados não mercantis | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Total das exportações da economia | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte dos dados brutos: IBGE. Matrizes de insumo-produto, 1990 a 1998.

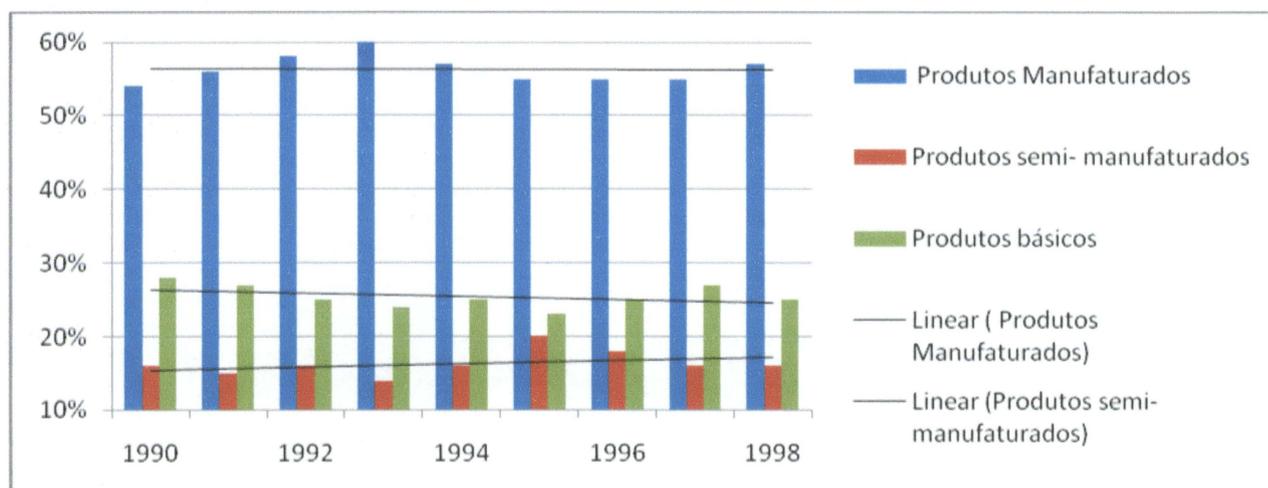
A tabela 4 e o gráfico a seguir, mostram a evolução na composição das exportações brasileiras durante o período de abertura.

Tabela 4 – Composição das exportações brasileiras entre 1990 e 1998

| Ano | Produtos Manufaturados | Produtos semi-manufaturados | Produtos básicos | Exportações totais US\$ milhões |
|------|------------------------|-----------------------------|------------------|---------------------------------|
| 1990 | 54% | 16% | 28% | 31.414 |
| 1991 | 56% | 15% | 27% | 31.260 |
| 1992 | 58% | 16% | 25% | 35.793 |
| 1993 | 60% | 14% | 24% | 38.563 |
| 1994 | 57% | 16% | 25% | 43.545 |
| 1995 | 55% | 20% | 23% | 46.506 |
| 1996 | 55% | 18% | 25% | 47.747 |
| 1997 | 55% | 16% | 27% | 52.994 |
| 1998 | 57% | 16% | 25% | 51.140 |

Elaboração própria. Fonte dos dados: Souza (2001)

Gráfico 1- Composição das exportações brasileiras entre 1990 e 1998



Elaboração própria. Fonte dos dados: IPEA (2011)

Como pode ser observado, entre 1990 e 1998 as exportações de produtos manufaturados tiveram um incremento passando de 54% em 1990 para 57% em 1998, porém como essa participação variou pouco no período, a linha de tendência linear é praticamente estável. Para a exportação dos produtos semi-manufaturados há uma tendência de alta, entretanto em 1990 e em 1998 ela tem praticamente o mesmo valor 16,3% e 15,9% respectivamente, e em relação aos bens básicos, há tendência de queda, porém sutil passando de 28% para 25% no mesmo período.

Segundo dados da FUNCEX (Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior) pode-se inferir que houve grandes avanços da industrialização brasileira, em especial pelo expressivo aumento das exportações de bens de capital no período saindo de 6,8% em 1990 e atingindo 11,3% em 1998. Entretanto a importação de bens de capital continuou bastante elevada, mostrando que o parque industrial brasileiro ainda necessitava em 1998 de equipamentos estrangeiros, sua participação no total de importações vai de 14,1% em 1990 para 21,6% em 1998.

Ainda segundo a FUNCEX em 1990 do total de importações 53% foi de produtos intermediários, 1,2% de bens de consumo duráveis, 7,7% de bens de consumo não-duráveis e 24,2% em matérias primas. Em 1998 produtos intermediários permanecem em 53%, bens de consumo duráveis sobem para 6,7%, bens de consumo não duráveis sobe para 10,7% e matérias primas caem para 7,5% mostrando mais uma vez a modernização brasileira, que somente se tornou viável com a importação desses bens.

4.4 IMPACTOS DA ABERTURA

Para Markwald, os resultados em que grande parte dos pesquisadores concordam são que houve ruptura no declínio de produtividade observado na década de 80, havendo, na verdade um grande aumento da mesma. Segundo Muendler (2001) reduções de tarifas, mesmo quando pequenas, causam grandes mudanças nas estruturas das empresas de porte médio e grande e que as menos eficientes vieram a falir.

Apesar de a literatura esperar um aumento dos empregos no Brasil com a abertura comercial, especialmente dos trabalhadores de baixa qualificação segundo o modelo de comércio internacional de Heckscher e Ohlin ou de Vantagens Comparativas, isso não se verificou no Brasil. O aumento de produtividade se deu por meio da adoção de novas estruturas e com elas a redução de pessoal, portanto se verificou no período o expressivo aumento das taxas de desemprego.

O esquema de Stallings e Peres (2000) de 3 etapas se ajusta ao ocorrido com o Brasil, inicialmente há um declínio da taxa de investimento mas a partir de 1993 a formação bruta de capital fixo e a taxa de investimento começam a se recuperar, há forte absorção de bens de capital importados e baixa expansão da

produção doméstica do mesmo. Em 1997 e 1998 há nova reversão, devido às crises externas e a volta de um cenário de normalidade.

Tigre et al (2000) destaca que os investimentos brasileiros em tecnologia cresceram 68% entre 1990 e 1997. Isso fez com que a intensidade de inovação tecnológica das empresas brasileiras passasse de 0,5% em 1993 para 1,3% em 1998. Esses dados revelam o aumento da importância da P&D que as empresas brasileiras passaram a dar depois da liberalização comercial. O balanço de pagamentos tecnológicos passou de US\$ 0,2 bilhão em 1990 para US\$ 2,2 bilhões em 1998. Entretanto, Tigre et alii ainda coloca que nos setores de tecnologia mais avançada houve perdas, essas se deram pela diminuição ou desativação das equipes de P&D em contraposição ao aumento da importação de inovações.

Na perspectiva macroeconômica, as principais conseqüências da abertura foram o explosivo aumento das importações e drástica reversão dos saldos comerciais. Entre 1991 e 1997 as importações triplicaram, crescendo em média a 19% ao ano, enquanto as exportações cresceram em média 5,8% na década de 1990, prejudicando o saldo da balança comercial até o fim do regime de bandas cambiais (1998) fazendo com que o superávit de US\$15,2 bilhões de 1992 torna-se déficit de US\$7 bilhões já em 1997.

A abertura proporcionou aumento da tecnologia e as exportações brasileiras de produtos de alta e média tecnologia se elevaram de 22% em 1990 para 35% em 2000 do total de exportação.

O coeficiente de penetração(*) das importações na indústria brasileira vai de 6,4% em 1990 para 14,6% em 1998, entretanto os setores de construção e a agroindústria tiveram seu coeficiente pouco alterado uma vez que apresentam claras vantagens comparativas internacionais. Já os coeficientes do setor têxtil e de metal-mecânica foram os mais afetados, conforme tabela 5.

(*) Coeficiente calculado como sendo o total de importações dividido pela corrente de comércio, $(M/X+M)$, em que M=total de importações, X=total de exportações

Tabela 5 – Coeficiente de Penetração das Importações entre 1990 e 2000

**Coeficiente de Penetração das Importações,
Segundo Macro-complexos e Setores
Período: 1990/2000 (Série Dólar 2000)**

| Macrocomplexos e Setores | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 |
|--------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Construção | 2,5 | 2,9 | 2,5 | 2,4 | 3,0 | 4,1 | 4,1 | 4,4 | 4,3 | 3,8 | 4,2 |
| Minerais Não Metálicos | 4,3 | 4,9 | 3,7 | 3,6 | 4,7 | 6,5 | 6,3 | 6,2 | 5,5 | 5,4 | 6,0 |
| Madeira e Mobiliário | 0,5 | 0,4 | 0,5 | 0,7 | 0,8 | 1,2 | 1,5 | 2,1 | 2,4 | 1,6 | 1,7 |
| Metal-Mecânica | 6,6 | 8,8 | 9,0 | 10,3 | 13,9 | 18,8 | 19,2 | 23,3 | 27,0 | 24,9 | 24,4 |
| Material de Transporte | 4,9 | 6,6 | 7,4 | 9,1 | 13,5 | 17,6 | 15,0 | 19,8 | 26,9 | 24,4 | 23,3 |
| Eleto-Eletrônico | 9,6 | 13,2 | 17,8 | 22,6 | 29,1 | 33,8 | 35,7 | 45,2 | 52,0 | 57,6 | 66,1 |
| Máquinas e Equipamentos | 9,5 | 13,2 | 13,0 | 12,8 | 16,8 | 23,8 | 28,9 | 32,7 | 34,2 | 31,0 | 25,0 |
| Siderurgia e Metalurgia | 3,3 | 4,4 | 3,7 | 3,8 | 4,6 | 7,1 | 6,8 | 8,6 | 9,7 | 7,2 | 7,4 |
| Têxtil | 2,3 | 3,2 | 3,5 | 6,5 | 8,4 | 13,2 | 14,1 | 16,6 | 15,4 | 12,2 | 13,6 |
| Têxtil e Vestuário | 1,7 | 2,4 | 2,7 | 5,8 | 7,6 | 11,9 | 12,7 | 14,8 | 13,6 | 10,6 | 11,2 |
| Calçados | 7,1 | 11,0 | 11,8 | 12,6 | 14,6 | 24,7 | 28,4 | 38,8 | 45,7 | 47,3 | n/d |
| Agroindústria | 3,0 | 3,4 | 2,8 | 3,6 | 4,8 | 7,1 | 6,1 | 7,1 | 7,3 | 5,4 | 5,1 |
| Abate e Laticínios | 3,4 | 2,6 | 1,6 | 1,8 | 3,1 | 5,1 | 4,1 | 4,3 | 4,7 | 3,9 | 3,6 |
| Óleos Vegetais | 1,5 | 2,5 | 2,7 | 4,3 | 11,4 | 11,0 | 18,6 | 22,7 | 11,9 | 7,5 | 9,3 |
| Açúcar | 0,0 | 0,0 | 0,8 | 0,7 | 0,7 | 1,0 | 0,4 | 0,1 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Café | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,2 | 0,0 | 0,4 | 0,2 | 2,2 | 0,4 | 0,2 | 0,1 |
| Outros Agroindustriais | 3,6 | 4,3 | 3,9 | 5,0 | 5,6 | 7,5 | 5,8 | 6,8 | 7,2 | 5,6 | 5,4 |
| Papel e Celulose | 2,6 | 3,2 | 2,2 | 2,7 | 4,2 | 8,4 | 8,6 | 10,0 | 10,6 | 6,7 | 6,4 |
| Química | 10,4 | 10,6 | 9,6 | 10,2 | 11,8 | 14,8 | 15,8 | 15,7 | 14,6 | 13,3 | 13,9 |
| Produtos Químicos Finais | 4,5 | 5,4 | 5,2 | 6,0 | 7,9 | 9,7 | 10,5 | 11,6 | 12,3 | 11,8 | 11,7 |
| Petroquímica | 13,0 | 12,1 | 10,9 | 11,1 | 12,0 | 15,5 | 17,1 | 16,0 | 13,0 | 11,6 | 13,3 |
| Elementos Químicos | 19,2 | 22,4 | 20,0 | 23,3 | 27,9 | 35,6 | 34,4 | 35,8 | 39,3 | 38,2 | 33,4 |
| Demais | 13,9 | 15,5 | 16,9 | 16,5 | 19,7 | 27,5 | 28,4 | 28,0 | 29,1 | 25,7 | 25,5 |
| Total | 6,4 | 7,3 | 7,1 | 8,1 | 10,3 | 13,8 | 13,9 | 15,8 | 16,3 | 14,3 | 14,6 |

Fonte: Elaboração Funcex.

A abertura foi benéfica para os investimentos, que foram estimulados para reduzir custos e aumentar a qualidade em caráter emergencial. Além disso, houve aumentos nos investimentos em P&D e capacitação de pessoal. O aumento no coeficiente de penetração das importações foi positivo beneficiando o aumento da eficiência produtiva e o aumento da exportação de produtos de alta tecnologia em comparação com o total exportado.

O aumento de 113% no comércio externo (de US\$51 para US\$111) durante a década de 1990 já evidencia as melhoras nas relações devido à abertura, o aumento de 205% na importação de bens de capital é outra prova de que a abertura foi benéfica para a economia do Brasil. De forma que a avaliação final da abertura comercial sobre o desenvolvimento tecnológico é positiva.

5. MERCOSUL

5.1 INTEGRAÇÃO ECONÔMICA E SURGIMENTO DO MERCOSUL

A integração econômica remonta a uma concepção da década de 1950, mas ganhou força a partir da década de 1980, com o chamado “Novo Regionalismo” com o amadurecimento das negociações de uma área de livre comércio entre os EUA, Canadá e México (NAFTA) e a consolidação da União Europeia.

Um dos aspectos mais importantes da integração econômica do Brasil com o resto do mundo foi a formação de um bloco de integração econômica com países da América do Sul: Argentina, Paraguai e Uruguai.

A formação do MERCOSUL é o aspecto fundamental da liberalização econômica da década de 90. Criado em 1991, este bloco visou a aumentar o volume de comércio entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai com base na redução ou isenção de tarifas de importação e, conseqüentemente, redução do grau de protecionismo.

Segundo Gremaud (2009) existem 5 tipos de integração econômica: Zona de livre comércio (abolição das restrições); União aduaneira (adoção de tarifa externa comum); Mercado comum (livre circulação de capital e mão-de-obra); união econômica (harmonização das políticas econômicas) e integração econômica completa (uma autoridade econômica supranacional). O MERCOSUL constitui, no papel, uma tentativa de mercado comum, mas em realidade encontra-se entre zona de livre comércio e união aduaneira.

Os antecedentes do MERCOSUL foram a ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio) organizada em 1960, uma época em que os governos adotavam políticas protecionistas e não liberais, acabou, portanto não saindo do papel. Em 1980 foi criada a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) com o objetivo de estabelecer no futuro o livre comércio. A partir do ALADI, Argentina e Brasil iniciam em 1988 as negociações para a criação de uma tarifa externa comum, logo Paraguai e Uruguai aderem à proposta.

Formado a partir do tratado de Assunção, em 1991, o MERCOSUL previu uma série de eventos para a liberalização do comércio entre estes países. Num primeiro momento, uma área de livre comércio, com a eliminação de barreiras

tarifárias e não tarifárias, seguindo para a formação completa de uma União Aduaneira, com a adoção da TEC (Tarifa Externa Comum) em que se definiu para uma lista de produtos negociados com países que não fazem parte do bloco, uma tarifa de importação comum, e também a criação da Regra de Origem, que estabelece que os produtos comercializados entre estes quatro países só estarão isentos de tarifas se pelo menos 60% dos insumos que os compõem forem produzidos pelos integrantes do bloco. Por fim a formação do tão desejado Mercado comum, que estabelece a livre circulação de mercadorias e fatores.

Gremaud divide a implantação do MERCOSUL em 4 fases:

- Tratado de Assunção em 1991, onde ocorre a abertura comercial com redução tarifária inicial de 47% e mais 7% por semestre.
- Cronograma de Las Leñas em 1992 onde há grandes discussões para cumprimento de metas.
- Reunião de Colônia em 1994 se caracteriza pela preocupação com as diretrizes técnicas para implantação do cronograma.
- Implementação das políticas e discussões para o futuro em janeiro de 1995.

O projeto de integração é ambicioso, mas encontra grandes dificuldades no cumprimento das etapas acordadas no Tratado de Assunção devido, sobretudo, às diferenças socioeconômicas dos integrantes do bloco. Um dos maiores entraves à plena formação do bloco são divergências entre Brasil e Argentina nos mercados de automóveis e açúcar, setores vulneráveis destas economias que impedem sua liberalização completa.

Em que pese os entraves à constituição do modelo completo de integração do MERCOSUL, grandes avanços se verificou ao longo da década de 1990 em termos de comércio nestes países pós formação do MERCOSUL.

Segundo Gremaud (2009), as instituições que possibilitam o funcionamento do Mercosul são:

- Conselho do Mercado Comum: É o órgão superior do MERCOSUL e estabelece as linhas gerais do processo de integração, mas as decisões devem ser resolvidas por consenso, não sendo um órgão supranacional.

- Grupo Mercado Comum: Planeja, implementa e supervisiona o cumprimento das regras estabelecidas.
- Comissão de comércio: Órgão técnico para implementação das políticas
- Comissão parlamentar conjunta: Busca uma aproximação das legislações dos países, além de contribuir para que haja maior rapidez nas aprovações dos projetos do MERCOSUL nos congressos.
- Foro Consultivo Econômico e Social: um foro com diversos representantes dos países membros.

A criação do MERCOSUL dinamizou as relações comerciais brasileiras com seus vizinhos. Em 1990 o Brasil exportava 31% do total para a UE, 28% para o NAFTA (bloco formado pelo Canada, EUA e México) e apenas 4% para os países que formariam o MERCOSUL; já em 1997 29% das exportações iam para o NAFTA, 25% para a UE e pouco mais de 17% para o MERCOSUL.

Dado interessante a ser observado, segundo Markwald, é que, do total de exportação brasileira para países da ALADI (Associação Latino-Americana de Integração) em 1998 62% tiveram o MERCOSUL como destino, mostrando a relevância do bloco para a economia brasileira pese ainda a União Européia ser o maior mercado para as exportações brasileiras.

5.2 O COMÉRCIO BRASIL-MERCOSUL PELA ÓTICA DO COMÉRCIO INTRA-INDÚSTRIA

O comércio intra-indústria é aquele que ocorre entre indústrias de um mesmo setor. As evidências empíricas no Brasil revelaram elevado crescimento do comércio intra-indústria que passou de 14% em 1969 para 65% em 1982 segundo O Vasconcelos (2003). Ele se deu em setores com produtos mais diferenciados, menores barreiras tarifárias e salários maiores como o de auto-peças e produtos químicos e se deu com os países desenvolvidos e os principais parceiros da América Latina. [Vasconcelos,(2003)].

A metodologia utilizada nesse estudo é o índice de Grubel e Lloyd(*) para a análise do comércio intra-indústria. O objetivo é buscar responder se a criação do

(*) índice calculado como: $B_i = (X_i + M_i) - [X_i - M_i] / (X_i + M_i)$, em que; $(X_i + M_i)$ = comércio total da indústria i; $[X_i - M_i]$ = comércio inter-indústria do setor i. [Vasconcelos,(2003)].

MERCOSUL proporcionou ao Brasil um comércio intra-indústria dentro do bloco maior que o comércio intra-indústria fora do bloco.

Os resultados obtidos através do índice é que o comércio intra-indústria com o MERCOSUL aumentou significativamente desde a criação do bloco, comparando os índices de 1990 com os de 1998, o índice total vai de 48% para 64%. Os setores com maior índice em 1998 foram materiais de transporte (93%), produtos farmacêuticos (85%) plásticos (80%) e madeira (74%); os que apresentaram menor índice foram produtos minerais (13%) Peles e couros (20%) e Ferro e aço (26%). Especificamente com a Argentina (maior parceiro no bloco) o índice passou de 23% em 1990 para 65% em 1998 sendo os mesmos setores já citados a terem os maiores e menores índices. Com o Uruguai o índice passou de 24% para 47% com índices maiores para Plásticos (97%) Tintas (91%) Alumínio (87%) e máquinas elétricas (87%) e menores índices para Calçados e chapéus (8%) Madeira (8%) e produtos alimentícios (16%).[Vasconcelos,(2003)].

Tais resultados ainda não respondem a questão do comércio intra-indústria intrabloco ser superior ao comércio extrabloco, ou que a criação do bloco veio a favorecer mais o comércio intra-indústria ou inter-indústria com seus países membros. É realizada, então, uma análise sobre a contribuição do comércio intra-indústria ao crescimento do fluxo total do comércio. Entre 1990 e 1992, que corresponde a época da negociação do mercado comum, o comércio inter-indústria representou 77,5% do crescimento, já entre 1994 e 1996, época da transição para o mercado comum, o comércio intra-indústria representou 77,7% do crescimento e entre 1996 e 1998 o comércio intra-indústria representou 100% do crescimento e o comércio inter-indústria teve até queda. [Vasconcelos,(2003)].

A partir dos dados, acima citados, conclui-se que o MERCOSUL contribuiu sim para o desenvolvimento do comércio intra-indústria na região, uma vez que após 1994 grande parte do crescimento no fluxo comercial entre o Brasil e o bloco se deu por meio do comércio intra-indústria. Contudo, ainda não se sabe sobre a importância intrabloco no comércio do Brasil, para tal foi mensurado o índice de Grubel e Lloyd para o fluxo de comércio total multilateral brasileiro e para o fluxo de comércio entre o Brasil e os países “extrabloco”. [Vasconcelos,(2003)].

Através desse estudo verifica-se que o comércio intra-indústria brasileiro sobe de 43% em 1990 para 50% em 1998 enquanto o comércio intra-indústria brasileiro com os países “extrabloco” foi de 40% a 41% ou seja, a diferença provém

do crescimento do comércio intra-indústria intrabloco. Assim sendo, a implementação do MERCOSUL além de ter propiciado um crescimento do comércio intra-indústria intrabloco, também propiciou que este fluxo de comércio passasse a contribuir relativamente mais que o comércio extrabloco para o crescimento do comércio intra-indústria total multilateral brasileiro. [Vasconcelos,(2003)].

As estatísticas mostram, como pode ser visto na Tabela 6, que o objetivo de promover o comércio intra-regional foi alcançado com êxito. Para se ter uma idéia, entre 1991 e 1997 as exportações intrazona passaram de 11,1% (US\$ 5,1 bilhões) para 24,7% (US\$ 20 bilhões) das exportações totais. O crescimento anual médio das exportações intrabloco nesse período foi de 21,6%. Entre 1993 e 1997 as exportações cresceram 68% no Brasil (11% a.a.), 145% na Argentina (19,6% a.a.), 178% no Paraguai (22,7% a.a.) e 97,2% no Uruguai (14,5% a.a.). A região absorveu cerca de 17% das exportações brasileiras em 1997 e 1998 e o Brasil, por sua vez, em 1998, consumiu 91% das exportações intrazona argentinas, 65% das paraguaias e 51% das uruguaias.

Das exportações totais argentinas, 21,4% (US\$ 2,8 bilhões) se destinaram ao Brasil em 1993 e essa proporção foi aumentando até atingir 29,3%(US\$ 7,8 bilhões) em 1997, decaindo em seguida para 25,6% (US\$ 6,8 bilhões) em 1998. No setor automobilístico argentino, até antes da crise brasileira em 1999, 90% das exportações se destinavam ao Brasil, originando o termo Brasil - dependência.

A Argentina, entretanto, vem se destacando como o país com o melhor saldo comercial intra-regional (em 1997, por exemplo, ela foi superavitária em US\$ 2 bilhões, ou 22% das suas exportações, enquanto no mesmo ano o Brasil se encontrou numa situação deficitária de US\$ 400 milhões, devido ao saldo negativo com a Argentina e o Uruguai). O comércio bilateral Brasil-Argentina representa aproximadamente 75% do fluxo total da região. Em 1998, o fluxo comercial intra regional encolheu pela primeira vez desde 1993 e os países mais afetados foram justamente Brasil e Argentina, que sofreram reduções em suas exportações.

Tabela 6 – Exportações Intra-Regionais-Mercosul (US\$ Milhões)

| Fonte | Destino | 1993 | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 |
|------------------|-----------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Argentina | | 3.674 | 4.804 | 6.769 | 7.025 | 8.996 | 7.380 |
| | Brasil | 2.811 | 3.655 | 5.484 | 6.615 | 7.752 | 6.750 |
| | Paraguai | 355 | 498 | 631 | 584 | 556 | 150 |
| | Uruguai | 508 | 650 | 654 | 726 | 688 | 480 |
| Brasil | | 5.387 | 5.921 | 6.154 | 7.305 | 9.043 | 8.877 |
| | Argentina | 3.659 | 4.136 | 4.041 | 5.170 | 6.767 | 6.747 |
| | Paraguai | 952 | 1.054 | 1.301 | 1.325 | 1.406 | 1.249 |
| | Uruguai | 776 | 732 | 812 | 811 | 870 | 881 |
| Paraguai | | 287 | 340 | 465 | 660 | 799 | 1.920 |
| | Argentina | 65 | 67 | 63 | 96 | 115 | 600 |
| | Brasil | 215 | 264 | 383 | 521 | 631 | 1.250 |
| | Uruguai | 7 | 10 | 20 | 44 | 53 | 70 |
| Uruguai | | 675 | 891 | 995 | 1.234 | 1.331 | 1.730 |
| | Argentina | 284 | 375 | 265 | 271 | 314 | 830 |
| | Brasil | 375 | 491 | 705 | 913 | 959 | 880 |
| | Paraguai | 16 | 24 | 25 | 50 | 58 | 20 |
| Mercosul | | 10.024 | 11.956 | 14.384 | 17.124 | 20.169 | 19.907 |
| | Argentina | 3.674 | 4.804 | 6.769 | 7.925 | 8.996 | 7.380 |
| | Brasil | 5.287 | 5.921 | 5.921 | 7.305 | 9.043 | 8.877 |
| | Paraguai | 287 | 340 | 340 | 660 | 799 | 1.920 |
| | Uruguai | 675 | 891 | 891 | 1.234 | 1.331 | 1.730 |
| | | | | | | | |

Fontes: Sistema Dataintal (Bidintal) e Aladi.

Base: Dados fornecidos pelas respectivas fontes oficiais de cada país.

Conclusivamente tem-se que, a hipótese de que o MERCOSUL aumentou o comércio intra-indústria intrabloco é verdadeira, ou seja, houve incrementos nas trocas internacionais dentro de um mesmo segmento gerando um aumento de especialização da produção desses segmentos. A princípio este fato confirma a proposição de que a liberalização comercial gera um aumento nos índices de comércio intra-indústria. Os ganhos obtidos através desses incrementos são: o aumento do bem estar da população através da maior disponibilidade de produtos “semelhantes” logo aumenta a possibilidade de escolha do consumidor e do aumento da eficiência produtiva das empresas uma vez que o maior intercâmbio de produtos aumenta a produção, com isso os ganhos de escala e a diferenciação dos produtos causaria a especialização das empresas o que se traduz em maior competitividade internacional para os países envolvidos. [Vasconcelos,(2003)].

5.3 ALCA

Objeto de grandes polêmicas, a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) não se concretizou ainda devido, em grande parte, as divergências de interesses entre Brasil e EUA. O projeto de integração econômica entre 34 países das Américas previa uma área de livre comércio no bloco beneficiando o intercâmbio de mercadorias entre os componentes do bloco.

Muitos autores defendem a formação desta integração com ressalvas, principalmente quanto às políticas adotadas pelos Estados Unidos no âmbito do comércio exterior no que diz respeito às formas de proteção do mercado contra produtos brasileiros com visíveis vantagens comparativas que sofrem com os subsídios, barreiras não tarifárias, sanitárias, fitossanitárias entre outras, reduzindo significativamente a competitividade dos produtos brasileiros. A consolidação do bloco está condicionada à estruturação de políticas claras e justas entre os países envolvidos e a consolidação de uma economia sólida com uma indústria brasileira desenvolvida com capacidade competitiva adequada à concorrência com uma economia desenvolvida, como a americana.

Outro aspecto que se coloca é o fortalecimento do MERCOSUL e a integração deste com a União Européia, antes da formação de um bloco hemisférico como a ALCA, o que dará maior poder de negociação ao Brasil para estruturação de um acordo que seja benéfico ao país.

6. PRODUTIVIDADE INDUSTRIAL

6.1 EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE INDUSTRIAL COM A ABERTURA COMERCIAL

Aqui será analisado o papel da liberalização econômica e sua contribuição para a alteração nas taxas de crescimento da produtividade da indústria brasileira. Até início da década de 1990 se constata no Brasil uma estagnação do crescimento da produtividade. Segundo Rossi e Cavalcanti (1999), ao analisar a produtividade da indústria brasileira há a necessidade de fazer um corte antes e pós-abertura comercial, devido ao distinto comportamento das taxas ao longo desse período.

Observa-se no Brasil, de 1985/1990, um crescimento negativo da produtividade, com exceção de alguns setores que apresentaram um crescimento a taxas positivas, porém um valor significativamente baixo.

Tabela 7 - Crescimento da produtividade total dos fatores nos períodos 85/87 e 91/97

| Setor | (Em %) | |
|--|---------|---------|
| | 1985-90 | 1991-97 |
| Transformação de Produtos Minerais Não-Metálicos | -1,47 | 1,16 |
| Metalurgia | -2,43 | 3,30 |
| Mecânica | -0,88 | 1,35 |
| Material Elétrico e de Comunicações | -3,00 | 3,30 |
| Material de Transporte | -6,35 | 5,04 |
| Papel e Papelão | -4,16 | 3,19 |
| Borracha | -3,01 | 2,77 |
| Química | -6,39 | 5,04 |
| Produtos Farmacêuticos e Veterinários | 0,53 | 2,43 |
| Perfumaria, Sabões e Velas | 0,96 | 0,07 |
| Produtos de Materiais Plásticos | -3,75 | 1,18 |
| Têxtil | -2,25 | 0,22 |
| Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos | -2,78 | 3,03 |
| Alimentícia | -3,17 | 2,52 |
| Bebidas | -0,98 | 1,30 |
| Fumo | -1,99 | 0,27 |
| Média | -2,49 | 2,15 |

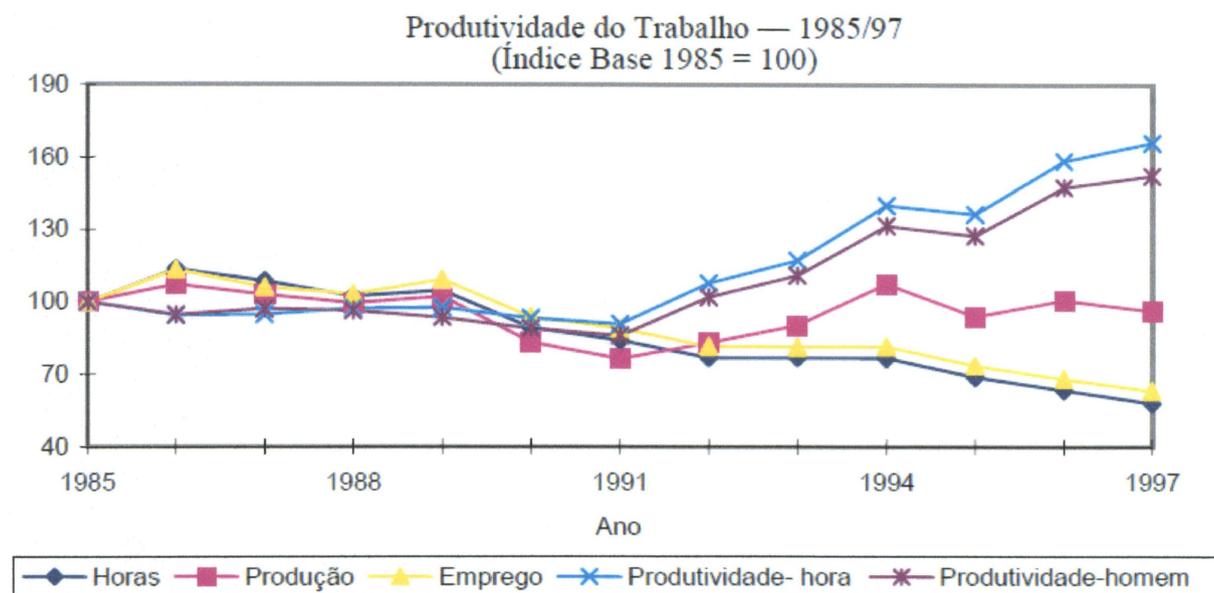
Fonte: Rossi e Cavalcanti (1999)

Observa-se, na Tabela 7, a evolução numérica da produtividade, para alguns setores da indústria e, verifica-se, também, o crescimento positivo para a totalidade

dos setores analisados no período de 1991/1997. Em 1985/1990 os setores de produtos Farmacêuticos e Veterinários e Perfumaria foram os poucos, dos setores analisados, que obtiveram uma taxa positiva com respectivamente, 0,53% e 0,96% de crescimento.

A partir de 1990, as taxas de crescimento da produtividade industrial brasileira engrenam em um ritmo de crescimento significativamente elevado, como pode ser observado na Tabela 10, destaque para a Indústria Química e a de Materiais de Transporte com taxas superiores a 5%. A partir do gráfico abaixo a evolução temporal da variável analisada mostra uma ruptura de padrão, partindo de um período de queda para um de ascensão coincidindo com a fase inicial da abertura comercial brasileira.

Gráfico 2- Produtividade do trabalho entre 1985 e 1997



Fonte: Rossi e Cavalcante (1999, pag. 11)

A questão que se coloca é: qual a contribuição da abertura comercial para a evolução positiva das taxas de crescimento da produtividade nos anos 90? Não há um consenso entre autores sobre o tema.

Uma vertente afirma que o processo de abertura comercial, a privatização das empresas estatais, a desregulamentação da economia, a adoção de programas de qualidade e novos métodos de gestão pelas empresas ocasionaram a quebra na evolução da produtividade. Feijó e Carvalho (1994) argumentam que o processo de abertura ocasionou profundas alterações estruturais nas empresas, criando o “novo

paradigma tecnológico-gerencial”. Os autores afirmam que houve um aumento generalizado da produtividade, ou seja, os ganhos de produtividade não ficaram restritos apenas aos setores mais expostos à competição externa, mas envolveu a maioria dos setores industriais. Um dos principais indicadores da modernização industrial seria o aumento da aquisição de máquinas e equipamentos importados, chegando a um aumento de 90% em 1995.

Em contrapartida, Silva et al (1993) afirmam que o aumento da produtividade decorreu da recessão do início da década, não havendo mudanças estruturais tecnológicas generalizadas na economia. Os autores declaram que, com a retomada do crescimento, haveria uma queda de produtividade. Eles argumentam que mudanças tecnológicas só são possíveis com investimentos, o que não foi verificado no período em que as taxas de investimento foram declinantes.

A disparidade nas conclusões sobre as causas do aumento da produtividade pode ser explicada, entre outras coisas, pelo fato de que este debate se deu, inicialmente, em um período muito próximo do início da liberalização comercial. Trabalhos mais recentes, por exemplo, Bonelli e Fonseca (1998) observam que, após 1993, a produtividade continuou a crescer a altas taxas, 5% em média no período 1993/97. Como este não é um período de recessão, evidencia-se que, embora o processo recessivo tenha colaborado para o aumento da produtividade, houve de fato alterações estruturais no padrão de eficiência da indústria brasileira. Da mesma forma, Amadeo e Soares (1996) reforçam a ocorrência de um quebra no padrão da evolução da produtividade.

6.2 EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES DE ENCADEAMENTO DA PRODUÇÃO

O índice de encadeamento da produção (IEP) reflete o impacto de uma indústria para trás (demanda de insumos) e para frente (oferta de bens) nos demais setores, isto é, “mede os efeitos diretos e indiretos sobre a economia quando um determinado setor aumenta a produção de uma unidade” (Souza, pag. 24).

Segundo o estudo de Souza, os setores mais importantes, considerados setores-chave pois seu índice supera 1, em 1990 considerando encadeamentos para trás foram: Siderurgia (1,33); Automóveis, caminhões e ônibus (1,28); Óleos vegetais (1,26); Laticínios (1,23); Metalurgia dos não-ferrosos (1,23) entre outros. Em 1990 os setores chaves somaram 25, já em 1998 o número se reduz para 15,

reforçando mais uma vez a idéia de concentração da produção e do emprego causados pela abertura, uma vez que ela diminui a necessidade de se comprar insumos necessariamente nacionais, diminuindo também o índice geral de encadeamento nas indústrias brasileiras, ou seja, a economia ficou menos integrada verticalmente. Isso ocorreu pois tornou-se mais econômico para as empresas importarem insumos do que comprarem as do mercado interno.

Levando em conta o encadeamento para frente temos que o número de setores chave permanece o mesmo assim como seu índice, denotando que a abertura econômica não afetou a integração horizontal. Os setores chaves tanto em 1990 quanto em 1998 foram: Petróleo e Gás; Siderurgia; Química diversa; extrativa mineral; indústria da borracha entre outros.

A produção relativa (isto é, a produção de cada setor no total produzido) mudou pouco com a abertura, ficou ligeiramente mais concentrada mas com os mesmos setores líderes (Administração Pública, Instituições financeiras, comércio e construção civil).

Dessa forma, pode-se observar que a abertura comercial foi benéfica no aumento da produtividade da indústria, mas concentrando a produção e o emprego e diminuindo o índice de encadeamento, causado pela diversificação de produtos importados.

7. EFEITOS DA ABERTURA SOBRE O EMPREGO

Conforme pode ser observado na Tabela 8, o emprego nos setores de serviços prestados às empresas, não mercantis e às famílias cresceram fortemente, 57%, 36% e 22% respectivamente, enquanto em algumas indústrias houve grande redução como, por exemplo, 49% na indústria têxtil; 46% na indústria de borracha, 40% automóveis, caminhões e ônibus e 36% na indústria extrativista etc. O decréscimo do emprego em muitos setores foi causado, em grande parte, pela política antiinflacionária do governo que acarretou em elevados juros e também por causa de sucessivas crises externas, outra causa foi o “desemprego tecnológico” que é a substituição do homem pela máquina, fruto da modernização que se tornou necessária frente à nova concorrência dos produtos importados.

Como pode ser visto na Tabela 9, o total de empregados na economia passou de 58,5 milhões em 1990 para 59,8 milhões em 1998, entretanto muitos setores empregaram menos em 1998 que em 1990 como, por exemplo, agricultura que perdeu 1,1 milhão de empregados, administração pública com meio milhão, construção civil com 300mil, artigos de vestuário com 286mil etc. Os setores que mais aumentaram o número de empregados foram: serviços privados não mercantis com 4,1 milhões de novos trabalhadores; serviços prestados as famílias com 1,6 milhão e comércio com 1,1 milhão. Houve, portanto grandes mudanças na alocação trabalhista no período, mostrando uma queda do emprego na indústria e na agricultura em contrapartida ao aumento de postos no comércio e nos serviços.

As Tabelas 8 e 9 evidenciam um aspecto importante a ser considerado no que diz respeito ao setor de veículos, setor este que foi amplamente beneficiado com grandes incentivos fiscais na década de 1990, porém em termos de emprego foi um dos setores que mais desempregaram na década, o que mostra uma contradição em relação aos verdadeiros benefícios de algumas políticas adotadas de apoio a setores específicos da economia, este setor passou de aproximadamente 290 mil empregados para pouco mais de 198 mil trabalhadores deixando uma questão que apesar de relevante, foge ao escopo deste trabalho, que é a análise ponderada dos benefícios e malefícios a nível setorial da economia.

Tabela 8 – Evolução do Índice de Emprego por Setor da Economia Brasileira 1990/1998 (1990=100)

| Setores atividade | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 |
|---------------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| 1-Agricultura | 100 | 102 | 105 | 104 | 103 | 102 | 93 | 92 | 92 |
| 2-Extrativa mineral | 100 | 92 | 87 | 89 | 82 | 76 | 69 | 68 | 66 |
| 3-Petróleo e gás | 100 | 98 | 96 | 87 | 88 | 90 | 77 | 73 | 68 |
| 4-Mineral não metálico | 100 | 93 | 88 | 86 | 85 | 81 | 80 | 83 | 82 |
| 5-Siderurgia | 100 | 93 | 86 | 80 | 76 | 70 | 62 | 58 | 54 |
| 6-Metalurgia dos não ferrosos | 100 | 93 | 80 | 77 | 78 | 78 | 77 | 73 | 68 |
| 7-Outros prod. metalúrgicos | 100 | 93 | 87 | 84 | 85 | 86 | 89 | 87 | 84 |
| 8-Máquinas e tratores | 100 | 87 | 83 | 80 | 83 | 81 | 80 | 79 | 73 |
| 9-Material elétrico | 100 | 86 | 69 | 67 | 73 | 75 | 69 | 73 | 67 |
| 10-Equipamentos elétricos | 100 | 86 | 69 | 67 | 73 | 75 | 69 | 65 | 57 |
| 11-Autom., caminhões e ônibus | 100 | 89 | 79 | 81 | 83 | 81 | 73 | 74 | 60 |
| 12-Peças e outros veículos | 100 | 89 | 79 | 81 | 83 | 81 | 73 | 75 | 68 |
| 13-Madeira e mobiliário | 100 | 93 | 87 | 93 | 94 | 96 | 97 | 94 | 91 |
| 14-Papel e gráfica | 100 | 98 | 96 | 89 | 93 | 95 | 92 | 92 | 89 |
| 15-Indústria da borracha | 100 | 95 | 91 | 87 | 85 | 81 | 66 | 64 | 56 |
| 16-Elementos químicos | 100 | 100 | 93 | 85 | 83 | 85 | 83 | 86 | 82 |
| 17-Refino do petróleo | 100 | 93 | 87 | 88 | 85 | 77 | 70 | 68 | 66 |
| 18-Químicos diversos | 100 | 100 | 93 | 85 | 83 | 80 | 78 | 81 | 77 |
| 19-Farmacêutica e perfumaria | 100 | 102 | 101 | 106 | 104 | 108 | 106 | 103 | 101 |
| 20-Artigos de plástico | 100 | 95 | 87 | 89 | 85 | 86 | 93 | 94 | 82 |
| 21-Indústria têxtil | 100 | 94 | 88 | 87 | 85 | 75 | 60 | 53 | 51 |
| 22-Artigos do vestuário | 100 | 94 | 89 | 94 | 96 | 98 | 95 | 86 | 83 |
| 23-Fabricação de calçados | 100 | 94 | 94 | 99 | 93 | 83 | 79 | 77 | 71 |
| 24-Indústria do café | 100 | 105 | 105 | 103 | 105 | 106 | 105 | 104 | 122 |
| 25-Benef. produtos vegetais | 100 | 100 | 100 | 98 | 99 | 100 | 97 | 95 | 87 |
| 26-Abate de animais | 100 | 104 | 108 | 107 | 108 | 113 | 109 | 107 | 105 |
| 27-Ind. de laticínios | 100 | 104 | 108 | 105 | 106 | 113 | 110 | 112 | 106 |
| 28-Ind. de açúcar | 100 | 108 | 113 | 110 | 111 | 118 | 115 | 109 | 106 |
| 29-Fab. óleos vegetais | 100 | 98 | 96 | 94 | 95 | 96 | 90 | 85 | 89 |
| 30-Outros prod. vegetais | 100 | 105 | 105 | 103 | 104 | 105 | 102 | 100 | 98 |
| 31-Indústrias diversas | 100 | 103 | 108 | 110 | 108 | 102 | 87 | 88 | 82 |
| 32-Serv. ind. utilidade pública | 100 | 95 | 90 | 97 | 88 | 79 | 72 | 72 | 67 |
| 33-Construção civil | 100 | 94 | 88 | 90 | 89 | 87 | 90 | 93 | 92 |
| 34-Comércio | 100 | 101 | 102 | 108 | 112 | 116 | 115 | 116 | 115 |
| 35-Transportes | 100 | 99 | 98 | 99 | 104 | 109 | 108 | 115 | 118 |
| 36-Comunicações | 100 | 97 | 99 | 102 | 106 | 105 | 100 | 97 | 93 |
| 37-Instituições financeiras | 100 | 92 | 87 | 88 | 83 | 79 | 75 | 75 | 76 |
| 38-Serv. prestados às famílias | 100 | 101 | 102 | 101 | 108 | 116 | 118 | 120 | 122 |
| 39-Serv. prestados às empresas | 100 | 107 | 115 | 115 | 126 | 138 | 148 | 154 | 157 |
| 40-Aluguel de imóveis | 100 | 87 | 78 | 72 | 81 | 92 | 89 | 86 | 87 |
| 41-Adm. pública | 100 | 105 | 110 | 104 | 99 | 93 | 94 | 91 | 90 |
| 42-Serv. privados não mercantis | 100 | 112 | 113 | 118 | 124 | 131 | 130 | 134 | 136 |

Fonte dos dados brutos: IBGE. Matrizes de insumo-produto, 1990 a 1998.

Tabela 9 – Emprego Por Setor da Economia Brasileira 1990/1998

| Setores atividade | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 |
|---------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| 1-Agricultura | 14.911.400 | 15.268.200 | 15642100 | 15.571.600 | 15.365.300 | 15.163.000 | 13.905.800 | 13.679.000 | 13.758.000 |
| 2-Extrativa mineral | 301.200 | 278.400 | 261100 | 268.200 | 246.700 | 230.300 | 206.600 | 205.000 | 199.400 |
| 3-Petróleo e gás | 34.100 | 33.400 | 32700 | 29.600 | 30.100 | 30.700 | 26.300 | 24.900 | 23.200 |
| 4-Mineral não metálico | 545.700 | 506.500 | 478800 | 468.900 | 462.700 | 443.900 | 436.000 | 452.600 | 446.600 |
| 5-Siderurgia | 136.400 | 126.500 | 117400 | 108.600 | 104.000 | 96.000 | 84.100 | 79.400 | 73.500 |
| 6-Metalurgia dos não ferrosos | 71.800 | 67.000 | 57300 | 55.600 | 55.900 | 56.300 | 55.000 | 52.400 | 48.600 |
| 7-Outros prod. metalúrgicos | 707.700 | 661.300 | 615800 | 594.100 | 602.200 | 611.900 | 627.500 | 617.300 | 592.900 |
| 8-Máquinas e tratores | 520.000 | 452.200 | 433000 | 414.600 | 431.100 | 421.800 | 417.500 | 408.400 | 377.500 |
| 9-Material elétrico | 203.600 | 174.600 | 140900 | 136.100 | 147.900 | 153.400 | 141.200 | 148.900 | 137.100 |
| 10-Equipamentos elétricos | 163.000 | 139.700 | 112700 | 109.100 | 118.500 | 122.800 | 112.900 | 105.700 | 92.600 |
| 11-Autom., caminhões e ônibus | 108.400 | 96.500 | 85900 | 87.700 | 90.200 | 87.900 | 79.200 | 80.600 | 64.800 |
| 12-Peças e outros veículos | 290.600 | 258.700 | 230400 | 235.300 | 242.100 | 236.100 | 212.700 | 216.500 | 198.900 |
| 13-Madeira e mobiliário | 879.000 | 815.800 | 760800 | 818.500 | 829.600 | 843.100 | 856.100 | 826.000 | 803.300 |
| 14-Papel e gráfica | 458.200 | 447.800 | 439200 | 408.700 | 427.100 | 433.600 | 423.200 | 423.400 | 409.800 |
| 15-Indústria da borracha | 82.600 | 78.400 | 74900 | 72.000 | 70.300 | 66.900 | 54.900 | 52.700 | 46.500 |
| 16-Elementos químicos | 91.400 | 91.500 | 85100 | 78.100 | 75.900 | 77.500 | 75.500 | 78.600 | 74.500 |
| 17-Refino do petróleo | 87.600 | 81.900 | 76600 | 76.900 | 74.600 | 67.600 | 61.700 | 59.800 | 57.400 |
| 18-Químicos diversos | 197.800 | 198.000 | 184400 | 168.900 | 164.200 | 158.900 | 154.800 | 161.100 | 152.500 |
| 19-Farmacêutica e perfumaria | 118.700 | 120.600 | 119600 | 126.100 | 123.200 | 128.500 | 125.700 | 121.900 | 119.500 |
| 20-Artigos de plástico | 192.400 | 182.500 | 168200 | 170.700 | 163.700 | 164.900 | 179.800 | 181.400 | 158.400 |
| 21-Indústria têxtil | 408.000 | 383.100 | 360000 | 355.900 | 344.900 | 308.000 | 246.700 | 215.300 | 206.900 |
| 22-Artigos do vestuário | 1.679.000 | 1.574.500 | 1.498900 | 1.575.600 | 1.609.400 | 1.644.100 | 1.588.500 | 1.448.400 | 1.392.700 |
| 23-Fabricação de calçados | 433.700 | 406.800 | 406300 | 428.100 | 403.100 | 360.500 | 344.000 | 332.100 | 306.600 |
| 24-Indústria do café | 71.000 | 74.300 | 74500 | 73.200 | 74.200 | 75.500 | 74.900 | 73.500 | 86.700 |
| 25-Benef. produtos vegetais | 324.100 | 322.700 | 322900 | 316.100 | 319.700 | 324.100 | 313.100 | 307.000 | 281.000 |
| 26-Abate de animais | 223.700 | 232.600 | 242100 | 239.500 | 242.300 | 253.300 | 244.900 | 238.500 | 234.200 |
| 27-Ind. de laticínios | 59.500 | 61.900 | 64400 | 62.500 | 63.300 | 67.100 | 65.400 | 66.700 | 63.000 |
| 28-Ind. de açúcar | 81.100 | 87.700 | 91300 | 88.900 | 89.900 | 95.300 | 93.000 | 88.100 | 86.000 |
| 29-Fab. óleos vegetais | 52.500 | 51.400 | 50400 | 49.100 | 49.700 | 50.300 | 47.300 | 44.800 | 46.800 |
| 30-Outros prod. vegetais | 636.400 | 668.200 | 669100 | 652.800 | 660.800 | 670.200 | 647.300 | 635.000 | 625.300 |
| 31-Indústrias diversas | 265.600 | 273.700 | 286800 | 291.700 | 286.000 | 272.100 | 231.300 | 234.400 | 217.000 |
| 32-Serv. ind. utilidade pública | 324.000 | 306.900 | 290700 | 315.100 | 283.500 | 255.100 | 232.100 | 233.900 | 217.000 |
| 33-Construção civil | 3.936.000 | 3.681.800 | 3.451.200 | 3.550.300 | 3.484.100 | 3.429.400 | 3.523.000 | 3.671.500 | 3.632.600 |
| 34-Comércio | 7.619.200 | 7.675.800 | 7.748.500 | 8.242.300 | 8.549.600 | 8.870.700 | 8.744.300 | 8.852.300 | 8.789.900 |
| 35-Transportes | 2.087.300 | 2.061.100 | 2.040.300 | 2.064.900 | 2.161.800 | 2.265.000 | 2.259.800 | 2.408.800 | 2.454.600 |
| 36-Comunicações | 174.200 | 168.200 | 172.200 | 178.200 | 184.600 | 182.600 | 174.000 | 168.200 | 162.800 |
| 37-Instituições financeiras | 1.005.900 | 928.100 | 871.400 | 884.100 | 839.800 | 798.800 | 749.500 | 750.800 | 765.100 |
| 38-Serv. prestados às famílias | 7.482.300 | 7.549.000 | 7.625.200 | 7.538.500 | 8.079.300 | 8.662.600 | 8.795.700 | 8.983.900 | 9.154.300 |
| 39-Serv. prestados às empresas | 1.472.400 | 1.576.100 | 1.687.400 | 1.692.700 | 1.853.800 | 2.032.200 | 2.173.000 | 2.261.700 | 2.304.600 |
| 40-Aluguel de imóveis | 313.400 | 273.800 | 244.100 | 227.200 | 254.600 | 287.300 | 279.200 | 269.600 | 274.000 |
| 41-Adm. pública | 5.713.800 | 5.990.100 | 6.279.800 | 5.965.500 | 5.633.500 | 5.320.000 | 5.366.700 | 5.224.800 | 5.132.500 |
| 42-Serv. privados não mercantis | 4.116.100 | 4.604.100 | 4.657.100 | 4.838.800 | 5.113.700 | 5.406.800 | 5.334.400 | 5.504.300 | 5.608.700 |
| TOTAL DO EMPREGO | 58.580.800 | 59.031.400 | 59.251.500 | 59.630.300 | 60.406.900 | 61.226.100 | 59.764.600 | 59.989.200 | 59.877.300 |

Fonte dos dados brutos: IBGE. Matrizes de insumo-produto, 1990 a 1998.

8 CONCLUSÃO

Observa-se, a partir da década de 1990, uma grande mudança estrutural na economia brasileira, uma seqüência de eventos marcou profundamente a economia nesse período. Abertura comercial, estabilização monetária, privatizações, integração econômica com a formação de blocos, como o Mercosul, proporcionaram um significativo incremento na atividade produtiva da indústria brasileira como pode ser visto ao decorrer do texto. Apesar de muitas controvérsias no que diz respeito ao verdadeiro papel desses fatos na contribuição para a evolução da economia, é inegável que os anos 90 marcaram um novo período da economia brasileira.

A ideologia protecionista da segunda metade do século XX, em defesa da “Substituição de Importações”, política de fortalecimento e formação de uma indústria nacional, não obteve êxito com relação aos seus objetivos. Chega-se ao final da década de 1980 com alto índice de inflação, descontrole das contas externas, uma indústria ineficiente, principalmente a grande maioria das Estatais, baixa produtividade, baixo volume de comércio internacional, um cenário desalentador, em um período que acirrava o processo de globalização e uma nova ideologia de relações internacional movimentava as economias em direção à integração fundamentada no “novo regionalismo”.

Já em 1988, o Brasil adota, mesmo que timidamente, uma nova postura no que diz respeito à proteção de seu mercado, inicia um processo de redução das barreiras tarifárias e não tarifárias. Em 1990, com a posse do Governo Collor, engrena-se um processo definitivo de uma profunda liberalização comercial, seguido de um processo de privatizações de Empresas Estatais no governo FHC a partir de 1995, como já mencionado acima, com o objetivo de aumentar a eficiência dessas empresas e reduzir a interferência do governo diretamente na economia.

Como pode ser comprovado ao longo deste trabalho, a abertura comercial causou impactos positivos, como, por exemplo, o aumento de aproximadamente 100% na corrente de comércio, passando de pouco mais de US\$ 50 Bi, no início da década de 1990, para mais de US\$ 100 Bi no final da década em estudo, já o nível de emprego teve um decréscimo de pessoal ocupado para a maioria dos setores analisados exceto para setores de serviços que aumentou significativamente o número de postos de trabalho, como viu-se na tabela 10. Pode-se dizer que a abertura comercial promoveu uma realocação no mercado de trabalho

concentrando-o em poucos setores. Isso tudo ocorre com o aumento da produtividade da indústria brasileira, gerada pela maior inserção desse mercado com o resto do mundo.

A integração das indústrias nacionais também foi afetada pela abertura comercial, uma vez que com o acesso fácil a bens, serviços e matérias primas importadas reduziu-se a necessidade da compra destes no mercado interno, ou seja, no período em estudo houve uma desintegração das indústrias brasileiras, como foi evidenciado com o índice de encadeamento que reduziu significativamente ao longo da década de 1990.

A formação do MERCOSUL foi outro fato de muita importância dentro do contexto da abertura comercial, o bloco foi responsável por dinamizar o fluxo comercial entre países da América Latina, antes praticamente inexistentes, e contribuiu também para o aumento do volume total de comércio dos membros, principalmente pela ótica do comércio intra-indústria que foi o mais importante para o crescimento total do comércio do Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina.

É inegável que, a partir da análise das políticas externas e novas posturas adotadas pelo governo brasileiro na década de 1990, a economia sofreu profundas alterações que, em geral, acabaram sendo benéficas. O acesso a bens e serviços de melhor qualidade devido, sobretudo, a uma maior facilidade de importação e eficiência produtiva da indústria nacional, maior credibilidade internacional com a estabilização monetária, ou seja, o período analisado foi o marco das principais transformações econômicas ocorridas no Brasil, porém todos os benefícios destas transformações tiveram o custo do baixo crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), altos índices de desemprego, e acúmulos de déficits no Balanço de Pagamentos, uma vez que o sucesso do plano de estabilização monetária iniciado em 1994, ancorava-se em parte no Mercado Cambial, para evitar pressões inflacionárias, permitindo assim uma maior concorrência dos produtos nacionais com importados.

Em resumo tem-se que, a abertura comercial proporcionou um fortalecimento da indústria nacional, um maior acesso a bens e serviços, maior credibilidade externa, a consolidação da estabilidade monetária tendo como custo o baixo crescimento do emprego e o descontrole das contas externas.

Conclui-se a partir de toda análise que, as políticas adotadas na década de 1990, foram eminentemente com objetivos de longo prazos, ou seja, tiveram grandes custos no início de sua implantação, porém hoje se sente os efeitos benéficos da

grande transformação da economia brasileira, em que pese ainda estarmos caminhando para um desenvolvimento pleno, com a correção de problemas de ordem social, que muito pouco ainda foi feito nesta área.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADEO, E. J., SOARES, R. R. *Quebra estrutural da relação entre produção e emprego na indústria brasileira*. PUC. Rio de Janeiro, 1996

AVERBUG, André. *Abertura e Integração Comercial Brasileira na década de 90*. Ipea. Rio de Janeiro, 1999

BACEN (2001). *Relatório Focus de 10/01/01*, Banco Central do Brasil, Brasília.

BONELLI, Regis. e FONSECA, Renato. (1998). *Ganhos de Produtividade e de Eficiência: Novos Resultados para a Economia Brasileira*, Texto para Discussão No. 557, Ipea, Rio de Janeiro.

FEIJÓ, Carmem., CARVALHO, Paulo. G. M. *Sete teses equivocadas sobre o aumento da produtividade industrial nos anos recentes*. Boletim de Conjuntura, IEI/UFRJ, 1994.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; Júnior, Rudinei Toneto. *Economia Contemporânea Brasileira*. Editora Atlas. São Paulo, 2009.

GRUBEL, Herb. G. & LLOYD, Peter. J. (1975). *Intra-Industry Trade: The Theory and Measurement of International Trade in Differentiated Products*. Macmillan, London..

MARKWALD, Ricardo A. *O impacto da abertura comercial sobre a indústria brasileira: balanço de uma década*. Revista Brasileira de Comércio Exterior. Rio de Janeiro, 2001.

MOREIRA, Mauricio. M., CORREA, P. G. (1996). *Abertura comercial e indústria: o que se pode esperar e o que se vem obtendo*. Texto para Discussão 49. Rio de Janeiro: BNDES.

MUENDLER, Marc. A. (2001). *Trade, Technology, and Productivity: A Study of Brazilian Manufacturers, 1986-98* (Mimeo), maio, University of Califórnia, Berkeley e PUC/RJ.

KRUGMAN, Paul.R (2001). *Economia Internacional; Teoria e Política*. Pearson Education do Brasil.São Paulo, 2007.

ROSSI, José.L.J e CAVALCANTI, Pedro.F.A *Evolução da Produtividade Industrial Brasileira e a Abertura Comercial*.Ipea.Rio de Janeiro,1999.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL (1991). Comércio exterior do brasil: Importação.Brasília: Receita Federal, Ano 20, Vol. III.

SILVA, Antonio. O. et al. *Retrospectiva da economia brasileira. Perspectivas da Economia Brasileira*.Ipea, Rio de Janeiro, 1993.

SOUZA, Nali. J. *Consequências Econômicas da Abertura Comercial da Economia Brasileira, 1990/1998*. São Paulo, 2001.

STALLINGS, Barbara. e PERES, Wilson. (2000). *Growth, Employment and Equity: The impact of the economic reforms in Latin América and the Caribbean*, Brookings Institution Press, Washington.

TIGRE, Paulo.B. et al. *Mudanças institucionais e tecnologia: Impactos da liberalização sobre o sistema nacional de inovações*, em R. Baumann (Org.) Brasil: Uma Década em Transição, Editora Campus, Rio de Janeiro, 2000.

VASCONCELOS, Cláudio.R .F. *O comércio Brasil-Mercosul na década de 90: uma análise pela ótica do comércio intraindústria*. Revista Brasileira de Economia, volume 57. Rio de Janeiro, 2003.